

**PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA PARA DINAMIZAÇÃO DE AÇÕES DE
SENSIBILIZAÇÃO E CONCEÇÃO DE MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO**

CADERNO DE ENCARGOS

(artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos)

ÍNDICE

Capítulo I – Disposições iniciais

- Cláusula 1.^a – Objeto do contrato
- Cláusula 2.^a – Elementos do contrato
- Cláusula 3.^a – Preço base
- Cláusula 4.^a – Duração da execução dos serviços

Capítulo II – Obrigações do prestador de serviços

- Cláusula 5.^a – Obrigações principais do prestador de serviços
- Cláusula 6.^a – Dever de sigilo e respetivo prazo

Capítulo III – Obrigações do contraente público

- Cláusula 7.^a – Obrigações principais do contraente público
- Cláusula 8.^a – Preço contratual
- Cláusula 9.^a – Condições de pagamento

Capítulo IV – Penalidades contratuais

- Cláusula 10.^a – Penalidades contratuais
- Cláusula 11.^a – Força maior

Capítulo V – Disposições diversas

- Cláusula 12.^a – Comunicações e notificações
- Cláusula 13.^a – Contagem dos prazos
- Cláusula 14.^a – Prestação de caução
- Cláusula 15.^a – Contrato escrito
- Cláusula 16.^a – Legislação aplicável
- Cláusula 17.^a – Foro competente
- Cláusula 18.^a – Características dos Serviços a Fornecer e Respetivas Especificações Técnicas

Capítulo I – Disposições iniciais

Cláusula 1.^a

Objeto do contrato

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a “prestação de serviço para dinamização de ações de sensibilização e conceção de materiais de comunicação”, em conformidade com as condições previstas no presente documento.

Cláusula 2.^a

Elementos do contrato

1. O contrato, se a ele houver lugar, é composto pelo respetivo clausulado contratual e anexos.
2. O contrato a celebrar integra, ainda, os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a

Preço base

1. O preço máximo total do presente procedimento é de 15.000,00 € (quinze mil euros), valor acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 4.^a

Duração da execução dos serviços

A prestação do serviço iniciar-se-á após a assinatura do contrato e vigorará por 6 meses.

Capítulo II – Obrigações do prestador de serviços

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato, decorre para o prestador de serviços a obrigação de prestar o seguinte:
 - a. Realização de ações de informação e sensibilização em escolas
 - b. Dinamização de ação de informação e sensibilização na Feira do Ambiente, Saúde e Bem-estar 2025 e produção de 2000 ímanes instrutivos
 - c. Elaboração de imagem gráfica da campanha e criação de mascote

Cláusula 6.ª

Dever de sigilo e respetivo prazo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Capítulo III – Obrigações do contraente público

Cláusula 7.ª

Obrigações principais do contraente público

Constituem obrigações do contraente público:

- a) Disponibilizar ao prestador de serviços um espaço adequado para reunir;
- b) Pagar o preço contratual ao prestador de serviços, nas condições previstas na cláusula 10.ª.

Cláusula 8.ª

Preço contratual

1. Pela prestação do serviço, objeto do presente procedimento, o contraente público pagará ao prestador de serviços, o valor constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, mediante a apresentação da correspondente fatura/recibo.
2. O preço contratual inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as de deslocação do prestador de serviços.
3. O preço contratual não será objeto de revisão.

Cláusula 9.ª

Condições de pagamento

1. As quantias referidas na cláusula anterior serão liquidadas no prazo máximo de 30 dias após a receção da fatura/recibo correspondente.
2. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto ao valor indicado na fatura, deve aquele comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. As quantias devidas pelo Município de Anadia referentes aos serviços descritos no presente Caderno de Encargos, devem ser pagos da seguinte forma:
 - a) 50% com a finalização das ações de informação e sensibilização em escolas;
 - b) 50% no final de todos os serviços realizados e materiais entregues.

Capítulo IV – Penalidades contratuais

Cláusula 10.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento ou cumprimento defeituoso das obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária de 1% do valor contratual, por cada infração.
2. O valor acumulado das penalidades aplicadas ao prestador de serviços, nos termos do número anterior, não poderá ultrapassar o limite de 20% do preço contratual.
3. Quando o limite de 20% seja atingido e o contraente público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, o limite das sanções a aplicar é elevado para 30% do preço contratual.
4. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 11.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Para os efeitos previstos no número anterior, podem constituir casos de força maior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

Capítulo V – Disposições diversas

Cláusula 12.^a

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 13.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e feriados.

Cláusula 14.^a

Prestação de caução

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, sendo o valor do contrato inferior a 500.000 € não é exigida prestação de caução.

Cláusula 15.^a

Contrato escrito

O contrato resultante do presente procedimento será reduzido a escrito.

Cláusula 16.º

Legislação aplicável

Em tudo o que for omissa o presente caderno de encargos é aplicável a legislação em vigor, nomeadamente, o disposto no artigo 10.º da Lei Geral do Contrato de Trabalho em Funções Públicas e no Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 17.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 18.ª

Características dos Serviços a Fornecer e Respetivas Especificações Técnicas

1. Realização de ações de informação e sensibilização em escolas:

- a) Ação de informação e sensibilização em 12 escolas do 1º Ciclo do ensino básico, num total de 23 ações, cuja calendarização será articulada com o Município;
- b) Duração da ação aproximadamente de 1 hora;
- c) Atividades a desenvolver durante a ação:
 - i) Jogo do Twister – Conjunto de perguntas sobre biorresíduos e compostagem, que deverão ser identificadas como certas ou erradas. De acordo com a resposta, o jogo avança de acordo com o tabuleiro twist;
 - ii) Jogo Roda dos Resíduos – Roda dividida em secções por cor do fluxo de resíduos, com questões sobre os diferentes fluxos e enfoque nos biorresíduos;
 - iii) Jogo de competição de conhecimentos – Num contentor comum são colocados diferentes tipos de resíduos, onde cada criança deve procurar e colocar os resíduos no contentor correto;
 - iv) Jogo para colorir – cada criança realiza as atividades propostas num livro de atividades, assim como faz um desenho livre, no âmbito do tema dos biorresíduos.

2. Dinamização de ação de informação e sensibilização na Feira do Ambiente, Saúde e Bem-estar 2025 e produção de 2000 ímanes instrutivos:

- a) Sessões de esclarecimento – Pequenas conversas interativas com os visitantes do evento, sobre a importância da separação dos biorresíduos, o impacto ambiental dos resíduos e como realizar corretamente a reciclagem na origem. Visitantes podem tirar dúvidas diretamente com técnicos especializados;
- b) Demonstrações práticas – Exemplos de como separar os biorresíduos em casa, incluindo dicas sobre o uso correto dos contentores e sacos biodegradáveis;
- c) Atividades interativas para famílias – Jogos educativos como quizzes;
- d) Criação e distribuição de 2.000 ímanes instrutivos, destinados a reforçar as mensagens educativas desenvolvidas.

3. Elaboração de imagem gráfica da campanha e criação de mascote:

- a) Desenvolvimento de slogan e imagem com linha orientadora para os diferentes momentos de comunicação;
- b) Criação de uma mascote para o projeto, que estará presente nas ações de sensibilização realizadas no âmbito do presente procedimento.